



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC

**OS DIÁLOGOS PELA INTERCULTURALIDADE E A DISPUTA DISCURSIVA DAS
MINORIAS POLÍTICAS NO COMBATE À PATOLOGIA NEOFASCISTA****DIALOGUES FOR INTERCULTURALITY AND THE DISCURSIVE DISPUTE OF
POLITICAL MINORITIES IN THE FIGHT AGAINST NEOFASCIST PATHOLOGY**

FLAVIA HARDT SCHREINER

Resumo:

Este trabalho analisa as contribuições de Boaventura de Sousa Santos em busca da efetivação de uma sociedade intercultural e de uma cidadania subalterna local/global em meio ao fortalecimento de uma patologia coletiva neofascista tendente à retrotopia, exposta como uma problemática nevrálgica das minorias políticas na sociedade contemporânea, conforme os argumentos de Jason Stanley e Zygmunt Bauman. Desde essas articulações teóricas, conjugam-se as rotas de fuga propostas por Boaventura para superar as retrotopias despóticas a fim de elencar as possibilidades utópicas para um futuro próximo que seja menos desigual e, de fato, intercultural. Para a arquitetura dessas reflexões, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfico e o raciocínio coletivo a partir de diálogos colaborativos.

Palavras-chave: Minorias políticas. Interculturalidade. Cidadania subalterna. Neofascismo. Retrotopia.

Abstract:

This work analyzes the contributions of Boaventura de Sousa Santos in search of the realization of an intercultural society and a local/global subaltern citizenship amid the strengthening of a neo-fascist collective pathology tending to retrotopia, exposed as a neuralgic problem of political minorities in contemporary society, according to the arguments of Jason Stanley and Zygmunt Bauman. From these theoretical articulations, the escape routes proposed by Boaventura are combined to overcome despotic retrotopias, in order to list the utopian possibilities for a near future that is less unequal and, in fact, intercultural. For the architecture of these reflections, the bibliographic research method and collective reasoning from collaborative dialogues were used.

Keywords: Political minorities. Interculturality. Subaltern citizenship. Neo-Fascism. Retrotopia.

INTRODUÇÃO

A partir das reflexões e dos diálogos despertados pela disciplina indisciplinada de “Temas em direitos culturais e minorias socioétnicas”¹, visto que a afirmação de um

1 Ministrada no ano de 2021 pelo Prof. Dr. Osmar Veronese no programa de pós-graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Santo Ângelo-RS.

cosmopolitismo subalterno (SANTOS, 2003) em uma sociedade hegemônica está mais próxima do exercício de uma subversão, surgem as inquietações que compõe o presente ensaio, propondo-se algumas possibilidades inauguradas por Boaventura de Sousa Santos em busca da efetivação de uma sociedade intercultural e de uma cidadania cosmopolita e subalterna.

Os desafios para seguir pensando sobre a concretização de uma sociedade multicultural que funcione como um espaço de exercício dos direitos culturais de todos e de todas são inúmeros. As minorias políticas, que também são grupos sub-representados nas esferas formais de poder, seguem digladiando um espaço na sociedade para que possam viver e existir sem violência e anseiam por uma despetrificação das estruturas racistas, machistas, homofóbicas e autoritárias hoje existentes e em constante reatualização.

O recrudescimento de governos autoritários e de políticas conservadoras é tema de pesquisa do filósofo Jason Stanley (2018), o qual desenha a arquitetura de um neofascismo que se anuncia a fim de expôr como um antimanual a sua operabilidade na atual conjuntura global.

Stanley esmiúça dez estratégias utilizadas pela política delirante fascista no processo de tomada de poder e de uma perversa homogeneidade cultural, estratégias que sempre atingem com mais intensidade os grupos vulnerabilizados, invisibilizados ainda mais por esse processo.

Essa lista do autor tem por consequência uma sensação de completo desconforto devido aos aspectos que não se restringem ao seu plano teórico e são vividos em sua materialidade nos dias atuais em vários locais do globo, em especial na história mais recente da esfera política brasileira.

No entanto, defende-se nesse ensaio que esse desconforto não pode tender à apatia e aos sentimentos de desesperança e desilusão coletivos. Sem poder idealizar concretamente um futuro, a tendência de retornar a um passado despótico é utilizada para retroalimentar ao devaneio neofascista em um processo “retrotópico” (BAUMAN, 2017) que aponta para a falácia da inexistência de alternativas para construção de um futuro.

As retrotopias apresentam-se como possíveis e, por vezes, equivocadas direções a seguir em uma espécie de desejo coletivo de construir um “futuro melhor”. Indaga-se: melhor para quem?

Portanto, neste ensaio faz-se um exercício de tomada para si desse desconforto como um motor de “caminhada teórica” a fim de exercitar possibilidades que tracem uma rota de escape da falaciosa segurança social prometida pelos discursos mórbidos neofascistas, os quais perpetuam políticas de apagamento cultural e continuam naturalizando violências de todos os gêneros.

As contribuições de Boaventura de Sousa Santos em busca da efetivação de uma sociedade intercultural e de um cosmopolitismo subalterno são instrumentos de auxílio para percorrer o longo caminho da justiça social e do combate às violências.

1 OS DIÁLOGOS DAS MINORIAS POLÍTICAS PELA INTERCULTURALIDADE

Boaventura de Sousa Santos (2003) nos dá pistas de que os ideais modernos de emancipação social estão sendo questionados desde os anos 80. O novo regime neoliberal de acumulação do capital opera uma dessocialização das riquezas produzidas pela humanidade, desvinculando-as das metas de distribuição e redistribuição. Por conseguinte, esse processo submete a sociedade à lei do valor através da (des)organização do mercado.

A consequência é trágica e reflete-se na distribuição desigual dos custos e das oportunidades, aumentando a fenda da desigualdade. Esse processo de acumulação do capital atinge de forma violenta os corpos das minorias políticas, ou seja, os corpos que se afastam em sua própria materialidade do “modelo ideal” forjado por esse mesmo sistema.

Esse modelo ideal então representa as virtudes e o progresso do próprio capital, enquanto as pessoas que se afastam desse modelo representam a sua negação: não brancos, não nortistas globais, não masculinizados, não heterossexuais e não cisgêneros.

Dessa forma, a discussão intercultural se faz necessária devido à urgência da tarefa de desconstruir a ideia do diferente para dividir/hierarquizar/segregar. Reconhecer a diferença ao mesmo tempo em que se combate a opressão é o desafio proposto por Boaventura (2003) que nos lança à ideia de uma democracia multicultural, subalterna e utopicamente global.

Reinventar a cidadania para ser cosmopolita e local ao mesmo tempo é um desafio na medida em que o multiculturalismo como descrição não deve se sobrepor ao conceito como projeto político crítico e emancipatório, que visa redistribuir e reconhecer (SANTOS, 2003). O conceito multicultural acompanha a própria polissemia do termo cultura.

Muitas vezes, esses termos são minimizados nos exercícios teóricos acadêmicos para descrever contextos diversos e diferenciados do hegemônico onde existem formas diferentes de ver o mundo e em que a divisão do social, do econômico, do moral e do político não seria pertinente. Assim, o eixo do paradoxo é que por vezes o exercício teórico insere-se em uma linguagem de modelos coloniais a fim de descrever práticas que são descoloniais, e, portanto, contra-hegemônicas.

Por exemplo, na temática tão atual sobre a degradação ambiental, a análise hegemônica pode ser instrumental, enquanto as reflexões contra-hegemônicas não separam essa discussão de uma pré-condição: a própria existência humana. Enquanto a “teoria de sofá” vê a questão ambiental desde fora, através da sua utilidade, a “teoria de território” concebe-a desde dentro, aproximando-se, mas não confundindo-se com a ecologia política.

Assim, não existiria discussão sobre um meio ambiente equilibrado que pudesse ocorrer sem a interdisciplinariedade da sociobiodiversidade, muito menos se sustentaria uma conceituação estrita e seduzente sobre os direitos humanos sem a pauta do meio ambiente sadio e do acesso equitativo aos recursos naturais. Essa linha filosófica que conecta a luta pelos direitos como intrínseca e inseparável da luta pelo meio ambiente saudável está presente na sabedoria de muitos povos autóctones, como o das mulheres comunitárias da Guatemala, por exemplo (CABNAL, 2010).

Assim, percebe-se que a relação entre a sociedade multicultural e as dinâmicas econômicas que fazem circular os bens na globalização estão conectadas. Primeiramente, compreender de forma aprofundada os processos políticos no âmbito da interculturalidade é fundamental para desconstruir a ideia de que o antagonismo de classe é o ponto central dos conflitos atuais ao redor do globo.

As lutas das mulheres, dos ambientalistas, dos indígenas, da população negra, da população LGBTTQI+, dentre outras, erguem-se em diversas colunas vertebrais e não estão subordinadas em uma contradição principal do materialismo histórico (SANTOS, 2003), tampouco encontram-se enclausuradas às esferas acadêmicas.

Em especial, o movimento feminista há muito tempo tensiona as correntes marxistas e aponta as contradições de seu método. As feministas materialistas (GUILLAUMIN, 2014), por exemplo, não descartam o fato de que o marxismo objetificou teoricamente e definiu representantes e as próprias lutas pelas demandas multiculturais e pelo direito à diferença.

A história contada desde uma narrativa do desenvolvimento das culturas modernas é um sintoma do colonialismo que se sofisticou posteriormente. Em contraposição, a materialidade das culturas diversas e dos corpos que as compõem consistem no próprio eixo da luta contra as opressões, que é muito mais abrangente do que a luta de classes tomada desde seu conceito clássico e se aproxima de uma luta intercultural contra a acumulação capitalista antiga e atualizada.

Tal como a exploração do trabalho doméstico gratuito de mulheres que esclarece as bases de extorsão da mão da obra feminina em que se opera a mais valia (FEDERICI, 2017) e que hoje envolveu para uma divisão sexual internacional do trabalho, também racializada.

As narrativas provenientes de uma corporalidade multicultural que advém do interior de comunidades e grupos consistem no retrato da história não contada, no conto “dos derrotados” pela hegemonia, dos saqueados por consistirem em “minorias de poder”. Histórias seculares de resistência cultural latino-americana à colonização como a do movimento espiritualista *panandino* Taki Ongoy, o qual compôs alianças tribais antes impensáveis para resistir à colônia espanhola, não são comumente ressaltadas e ovacionadas (FEDERICI, 2017), o que demonstra o poder da forma de uma hegemonia cultural que intenta apagar os processos de luta e diferenciação culturais.

A afirmação da diferença e do direito de existir plenamente e de viver com dignidade em meio a diversidade cultural é representada por centenas de movimentos identitários globais diversos que ressignificam os estudos culturais. Toma-se como exemplo as políticas raciais de discriminação positiva adotadas no Brasil, oriundas das lutas de movimentos sociais e que se institucionalizaram no país desde a movimentação política da conferência contra o racismo de Durban em 2001. As políticas afirmativas constituem uma das mais importantes conquistas formais do movimento negro das últimas décadas.

Apesar das conquistas do movimento negro e do legado do encontro sul-africano, hoje os mais diversos países estão em campanha contra o genocídio da população negra. Basta observar o movimento norte-americano *#blacklivesmatter*, ou, no Brasil, a revolta coletiva contra a recente chacina do Jacarezinho no município do Rio de Janeiro².

Tragicamente, são inúmeros os exemplos atuais de violência policial contra o corpo negro, provando-se que o óbvio direito de “não ser morto” continua urgente e atual e que sempre existe o risco de haver um rebaixamento da pauta, como apontou o professor Silvio de Almeida em algumas manifestações no *Youtube*.

O atual movimento de retrocessos em garantias constitucionais fundamentais demonstra que, de fato, os direitos humanos são sempre resultados provisórios de um processo contínuo de batalhas culturais e políticas.

As bandeiras identitárias e interculturais soarão, então, como gritos incessantes e coletivos em um contexto em que os direitos fundamentais e certas demandas multiculturais são fragilizadas a todo momento.

Se na atualidade a vida está mais ameaçada para corpos específicos, como os racializados e os feminizados, por exemplo, havendo uma certa resignação quanto à paisagem de violência, questiona-se: a barbárie tende a perpetuar-se e a sofisticar-se? Em um futuro

² A título de curiosidade, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos morou na favela do Jacarezinho nos anos 70 para realizar seu doutorado.

próximo estarão ameaçados os direitos de todos e de todas em tentativas antidemocráticas e em um cenário de pulsões de morte (na tradução psicanalítica de Freud)?

O tempo presente traz algumas pistas de um futuro não otimista através de um mal-estar neofascista que tende à retrotopia por postular a retomada de um passado operado por uma política odiosa, autoritária e conservadora para grande parte da população.

O sentimento de repulsa contra a violência dos corpos vulnerabilizados, ao ser solidarizado, afeta a dormência social a fim de superar o delírio coletivo neofascista que possui alguns exemplos ao redor do globo. Algumas características desse movimento de fanatismo fascista são expostas no próximo capítulo como forma de alerta. A posição de desconforto desperta do devaneio para a caminhada em busca das utopias possíveis de uma sociedade intercultural e de um futuro que almeja um horizonte de justiça social.

2 O FASCISMO REATUALIZADO DESDE UM EXERCÍCIO “RETROTÓPICO”

O filósofo Jason Stanley (2018) desenha a arquitetura do neofascismo a fim de expô-lo como um antimanual a sua operabilidade na atual conjuntura global. Ao longo da obra, as dez estratégias utilizadas pela política fascista para tomar e se estabelecer no poder são descritas em uma lista da qual muitos itens estão presentes no atual contexto governamental do país.

A definição desse fascismo reatualizado seria um tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome (STANLEY, 2018). O neofascismo representa um *modus operandi* que se reatualizou: a Espanha governada por Franco ou Portugal durante o governo de Salazar. Ambas nações representam modelos passados que se coadunam com o tempo presente por serem populistas, ainda que não representem de forma estanque o processo hodierno desse “renascimento totalitário”.

A fim de sistematizar a exposição, elenca-se brevemente e de forma numerada as características desse fascismo remodelado citadas pelo autor. Para Stanley (2018), a construção de um passado mítico (1) seria a estratégia central que explicaria a venda de um pensamento monopolítico.

Haveria, então, o controle das bases educacionais a fim de negar a história como um processo complexo e afirmar uma historiografia própria de discurso unívoco que manipula a descrição desse processo de acordo com os próprios interesses despóticos.

O saudosismo recairia sobre épocas passadas, pois em tais marcas temporais havia a sustentação de definições de papéis de gênero de forma mais nítida, bem como defendiam-se

as divisões sociais e raciais abertamente e de forma mais rígida. O discurso que idolatra a ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985) como uma revolução (negando-se o golpe) e como um momento em que a nação brasileira teria sido próspera economicamente, segura e moralizada (STANLEY, 2018), é um exemplo dessa estratégia.

O anti-intelectualismo (2) faz-se presente como uma bandeira que opera para essa desconstrução da racionalidade, aproveitando-se da insuficiência de uma formação educacional suficiente da população e de um alto índice de analfabetos funcionais, como também da disseminação do sentimento de medo do futuro, possibilitando essas construções falaciosas sobre a vida material.

Arquiteta-se, assim, um mundo irreal (3), marginalizando-se o pensamento racional e manipulando-se emoções e as paixões nacionais. Os fatos históricos são substituídos por teorias da conspiração ou por um negacionismo do presente.

O papel do *marketing* e da comunicação fascista (4) é instrumental para divulgar esse mundo mítico, substituindo o diálogo e a reflexão coletiva por palavras imperativas, frases fáceis, e pela exacerbação e estímulo das emoções como forma de controle (STANLEY, 2018). No passado, o cinema foi uma das armas mais fortes do regime fascista. Uma indústria cinematográfica italiana para objetivos educacionais e propagandísticos foi organizada, conhecida como *L'Unione Cinematografica Educativa* de 1924 (LUCE); em 1937, Mussolini inaugura a *Cinecittà*, a versão italiana de Hollywood.

Hodiernamente, observa-se o fenômeno da desinformação, também denominado popularmente de *fake news*, em que notícias falsas são viralizadas nas redes sociais e adoecem o senso crítico da coletividade. O debate seria algo inútil para o bom funcionamento da sociedade neofascista e tal processo ocorre após uma desilusão da população com a esfera política que, por excelência, representa (ou deveria representar) o espaço formal de diálogo.

Outro fenômeno notado nos últimos anos no Brasil refere-se à disseminação da premissa de “alta eficiência” do poder executivo, comprovada pela grande quantidade de decretos e pelas incontáveis medidas provisórias criadas ou tentadas, as quais demonstram uma governabilidade autoritária, que centraliza o poder e desestabiliza a estrutura de *checks and balances*.

O darwinismo social (5) que defende uma hierarquia dos corpos seria o quinto elemento e instrumento discriminatório do neofascismo. O topo das castas sociais pertenceria ao corpo representado pelo homem branco, heterossexual, cisgênero, “de posses”. Em uma escala não linear, nem em uma ordem estanque, ocupam a base dessa cadeia todos os outros e outras.

Stanley (2018) ressalta a **ansiedade sexual (6)** também como característica pungente do Estado fascista. Discorda-se de Stanley nesse ponto, visto que a ansiedade sexual seria apenas o sintoma de uma estratégia mais abrangente de controle da sexualidade e de repressão sexual, denominações mais adequadas.

A repressão sexual forja indivíduos submissos, que se adaptam à ordem autoritária através da fixação das inibições e de repressões sexuais, como bem ensina a psicologia somática de Wilhelm Reich (2001). Dessa forma, qualquer desvio do padrão patriarcal e sexual dominante é encarado como uma ameaça, como também demonstrou Guillaumin (2014) que as sociedades fascistas e nazistas professavam uma visão que negava a existência da sexualidade entre as mulheres/esposas e reduziam a sua genitalidade à reprodução.

A vitimização (7) para mascarar o despotismo violento seria outra definição do regime a fim de justificar e legitimar a perseguição contra determinados grupos, pois as minorias políticas ameaçariam a pátria e a moral coletiva, sendo a crise mundial quanto à questão da imigração a exemplificação mais latente.

Desse modo, através de uma “política da bandeira” (**ordem e progresso**) (8), a preservação de um *status quo* semelhante ao do passado seria a única alternativa para o sucesso. O uso da retórica da segurança nacional é constante, reforçada pela criação da narrativa do “outro” diferente, o inimigo.

Uma consequência observável já citada é o aumento dos níveis de violência policial contra a população negra, por exemplo. O apelo à pátria (9), como no *slogan* da ditadura que professa a ordem de “amá-la ou deixá-la” é instrumento compulsório da condição de cidadão no contexto do fascismo (STANLEY, 2018).

Por fim, uma política neofascista coletiva desarticula o bem-estar público (10), havendo a discriminação daqueles que não seguem uma linha de produtividade tecnicista e frenética para o mercado econômico. Não há espaço para a ética dos contemplativos ou ditos “preguiçosos”, e os ideais de “trabalho duro”, da priorização da iniciativa privada e da autossuficiência são disseminados.

Assim como ocorreu nos campos de concentração nazista em Auschwitz, a frase “O Trabalho Liberta” ilustra essa premissa (STANLEY, 2018). A afirmação prova que o passado recente permeia o imaginário coletivo do presente de forma involuída: há uma crença no futuro, mas ela é ingênua, obtusa, e reforçar o processo de mistificação do passado.

A fim de analisar esse processo de voltar ao passado para reafirmar o presente e sonhar os próximos acontecimentos, Bauman em 2017 conceitua a Retrotopia, que também intitula o

seu livro. A ânsia coletiva, as decepções e as dificuldades do tempo presente são gatilhos explorados para o desenvolvimento de uma ansiedade coletiva e de um sentimento de medo do futuro. O estímulo do olhar neofascista através de uma linha temporal sempre estanque faz um destaque para a piora das condições gerais de vida em sociedade.

Dessa forma, o futuro estaria marcado com saldo negativo, “no lado do débito”, pois seria incontável e, portanto, não-confiável, possuindo mais defeitos que virtudes. A volta ao passado é a promessa de segurança virtuosa, “marcada na coluna do crédito” (BAUMAN, 2017) como um lugar ainda não-desacreditado de esperança.

Esse delírio fascista atualizado teria conquistado diversas mentalidades. Seu apoio social seria incorporado por figuras públicas paternalistas que prometem uma proteção contra esse futuro “aberto demais”: o fascismo atual seria também populista e consistiria na manifestação de uma tendência à retrotopia.

Esse “exercício retrotópico” remete a um sentimento generalizado de fracasso das utopias da humanidade e a odisseia de retorno a um passado perdido ou roubado, mas que remanesce. As retrotopias apresentam-se como possíveis e, por vezes, equivocadas travessias em direção às memórias a serem completadas, pois visualizam o futuro como precário.

Bauman (2017), assim como Boaventura (2003), destacam o não reconhecimento e a falta de uma vivência intercultural, que enxerga o diferente como uma ameaça. Essa tendência seria o nível mais profundo de fragmentação de uma sociedade. Por esse motivo, destaca-se a importância da afirmação intercultural e da vida cosmopolita subalterna preconizada por Santos (2003).

Bauman (2017) preocupa-se em apresentar soluções, ainda que provisórias, e (assim como Eduardo Suplicy) defende o exemplo da renda básica universal como uma alternativa possível para a efetivação de uma das utopias: a da diminuição da brecha da desigualdade econômica.

O recente auxílio emergencial distribuído à população brasileira de baixa renda na crise sanitária do Covid-19 é uma régua de medida da eficácia dessa política, a qual demonstrou estatisticamente a redução da taxa de pobreza extrema. Outrossim, a distribuição de renda básica funciona como uma espécie de instrumento denunciatório quando escancara a exploração capitalista da mão de obra e a sujeição de trabalhadores e trabalhadoras (reféns de sua própria sobrevivência) às condições laborais, de remuneração e de salubridade física e mental precárias.

Bauman (2017) propõe uma abertura à possibilidade de produzir movimentos que pautam uma convivência mais solidária da nossa sociedade e este pensamento combina com o

entendimento de Boaventura (2003) no sentido de que a diversidade epistemológica está em operabilidade, sendo importante que os grupos minoritários tenham a possibilidade de demandar na esfera pública com a mesma força política de qualquer outro grupo, desafio que perpassa o caminho de uma sociedade multicultural (SANTOS, 2003) e multitemporal.

O tempo na via intercultural está inter-relacionado em suas dimensões, não seria uma simples linha retilínea. Percorreria espirais e caminhos não direcionais, sendo que não há transformação social que simplificarmente retome o passado como uma forma de atalho, não reinterpretando a outrora sociedade a fim de reelaborar o possível futuro.

Pensar as redes solidárias no mundo contemporâneo, como propõe Bauman (2017), consiste em, por exemplo, elencar as possibilidades e disputar as redes virtuais como possíveis produtoras de solidariedade, na medida em que elas possam funcionar como um lugar de encontro (embora ainda não suficientemente democratizado). Cite-se o exemplo da organização feminista virtual e coletiva operada para denunciar as violências sexuais no famigerado caso do pseudo líder religioso e estuprador, João de Deus.

Veja-se que existem exercícios fundamentais na disputa pela reinterpretação do mundo hodierno. Na era digital, dada a importância do efeito massificado que possuem as redes mundiais, é pungente a efetivação da democracia e da inclusão digital, da “algoritimização” não discriminatória das redes, bem como de uma educação informacional popular.

Sem consistir em um paradoxo, também é possível ressignificar o movimento de retorno ao passado como uma volta às “antigas novas práticas” emancipatórias: olhar para as filosofias ecofeministas de autocuidado e de consciência corporal ancestral, por exemplo, as quais são práticas de resistência ecológica para a preservação da própria vida humana.

O processo intertemporal das utopias é inerente a sua representação, sendo que a utopia só seria possível desde esse olhar para o horizonte com a bagagem do passado, como afirmou Galeano, e que não admite uma permanência, mas uma constância de estratégias passageiras.

Por fim, a bússola de Santos (2003) aponta para o Sul e desde esse lugar ele elenca cinco teses sobre os multiculturalismos emancipatórios e algumas escalas de luta contra a dominação, as quais podem servir de motor para a mudança.

A primeira tese erigida demonstra que está em curso uma reavaliação das relações entre as diferentes concepções do mundo inauguradas nas demandas multiculturais e as suas repercussões no Direito e na Justiça, mudanças que podem ser observadas no movimento do novo constitucionalismo latino-americano, por exemplo.

O autor também afirma que as diferentes formas de dominação geram formas de mobilização e de subjetividade também distintas. A incompletude das noções de dignidade

humana exigiria o desenvolvimento de formas de diálogo que promovam a ampliação dos círculos de reciprocidade.

Pauta o autor, através de uma hermenêutica diatópica, que existiriam tantas dignidades humanas quantas seriam as linguagens distintas que compreendem a diversidade cultural. Em suas articulações locais/globais residiria o impulso da globalização contra-hegemônica: forma-se um conhecimento coletivo a partir das trocas entre culturas, estabelecendo-se novos espaços de resistência (SANTOS, 2003).

Em quarto lugar, defende Santos (200) que a invenção de novas cidadanias opera-se entre a exigência de reconhecimento, o imperativo da redistribuição e o equilíbrio entra a diferença e a igualdade. Conclui, então, que o sucesso das lutas emancipatórias depende das alianças sociais as quais precisam percorrer uma multiplicidade de escalas locais, nacionais e globais e necessitam abranger os movimentos e lutas contra diferentes formas de opressão, na construção de uma globalização contra-hegemônica.

UMA CONCLUSÃO DE MAIS QUESTIONAMENTOS

Não existem considerações finais suficientes capazes de sintetizar as reflexões propostas, pois elas figuram como uma teia de pensamentos e operam como as rendeiras que vão tecendo fios, formando rendas sobre outras rendas, resultando em uma epistemologia coletiva e indissociável. O ensaio de fórmula aberta analisou algumas contribuições de Boaventura de Sousa Santos em busca das utopias de uma sociedade intercultural e do exercício de uma cidadania subalterna e cosmopolita, ao mesmo tempo, local e global.

Em meio ao fortalecimento do delírio coletivo neofascista e tendente à retrotopia, tais reflexões estruturam um espaço de acolhimento de angústias, mas também um lugar de proposições a fim de ressignificar o sentimento de desconforto como uma proposta de mudança e de abertura das possibilidades oníricas da emancipação social.

Os traços atuais da patologia neofascista foram trabalhados como uma problemática que atinge o eixo das pautas das minorias políticas na sociedade contemporânea, conforme os argumentos de Jason Stanley e Zygmunt Bauman. Entretanto, os autores não se resignam, tampouco descartam as alternativas de combate à onda crescente de desilusão social.

As reflexões suscitadas no trabalho apostam que dos mesmos musgos mórbidos expostos podem brotar as flores que sustentam primaveras. As teorias aqui escolhidas e reinterpretadas procuram timidamente traçar uma rota de saída da distopia, e elencam

estratégias e utopias para um futuro próximo que se deseja menos desigual e, de fato, intercultural.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: Momento de paro. Tiempo de rebelión. Miradas feministas para reinventar la lucha. Minervas Ediciones, 2010.

FEDERICI, Silvia. O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FALQUET, Jules (et. al.). O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 2014.

REICH, Wilhelm. Psicologia de massas do fascismo. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

STANLEY, Jason. **How Fascism Works: The Politics of Us and Them**. Nova Iorque: Random House, 2018.